



## **DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**Ano XV - nº 328 - Porto Alegre, quinta-feira, 03 de dezembro de 2020**

### **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

#### **PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

#### **ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

#### **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 44/TRF4**

Dispõe sobre procedimentos quanto à destinação de resíduos orgânicos e recicláveis do TRF4 e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no exercício da Presidência, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo 0005715-66.2019.4.04.8000 e considerando o disposto na Lei 12.305/2010, na Lei Municipal 10.099, de 07-2-1994, de Porto Alegre, no Manual de Normas Técnicas para Controle de Infecção das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre e nas Normas Técnicas NBR 9190 e NBR 9191 da ABNT; resolve:

Art. 1º Disciplinar os procedimentos relativos à separação, acondicionamento, coleta, armazenamento e transporte de resíduos no TRF4 com o objetivo de:

a) combater o desperdício por meio da coleta e reciclagem de materiais inservíveis que possam ser recolhidos e encaminhados à coleta seletiva da Prefeitura do Município de Porto Alegre, bem como à coleta seletiva solidária (unidade de triagem);

b) proporcionar segurança da informação, a fim de evitar que papéis timbrados do Tribunal ou cópias e minutas de documentos venham a ser recolhidos ainda em estado de utilização ou legíveis.

#### **SEÇÃO I - CONVENÇÕES, CONCEITOS E DEFINIÇÕES GERAIS**

Art. 2º Adotar as seguintes convenções:

I - O Tribunal Regional Federal da 4ª Região é referido como Tribunal;

II - Os órgãos e unidades componentes da estrutura organizacional são referenciados como áreas.

Art. 3º Serão utilizadas as seguintes definições e conceitos:

I - Resíduo: qualquer material descartado pelas unidades do Tribunal;

II - Resíduo Orgânico: aquele gerado nas copas e lavabos, composto por restos de alimentos, cascas de frutas e legumes, talos e folhas de verduras, erva-mate, borra de café, saquinhos de chá, plantas

mortas, pedaços pequenos e leves de madeira, além de dejetos que não podem ser reciclados nem compostados, tais como guardanapos, papéis-toalha, papéis engordurados, lenços de papel, tecidos, palitos, fio dental, chicletes, cigarros, esponjas usadas, materiais enferrujados, papéis e outros produtos de higiene pessoal, restos de varrição etc.;

III - Resíduo destinado à coleta seletiva da Prefeitura: aquele gerado em diversas unidades, composto por plásticos, metais, vidros, isopor, papéis plastificados ou laminados, embalagens cartonadas, adesivos e assemelhados;

IV - Resíduo Especial: aquele específico das unidades prestadoras de serviços de saúde, tal como descrito na Seção IV, artigo 16;

V - Resíduo destinado à coleta seletiva solidária: aquele gerado em diversas unidades, composto por papéis em geral (não engordurados), papelão, embalagens de papel (limpas), pastas, envelopes, jornais, revistas, apostilas (às quais deverão ser retirados grampos, cliques, arames, espirais ou capas de plástico) e os vidros (devidamente acondicionados);

VI - Resíduos diversos: materiais e/ou resíduos trazidos por Magistrados, servidores, estagiários e terceirizados (§ único do artigo 15), que serão encaminhados à área Socioambiental, que dará a destinação ou o descarte adequado;

VII - Manejo de resíduos: as atividades de armazenamento, coleta, limpeza, embalagem, transporte etc.;

VIII - Acondicionamento: a forma de embalar e/ou o tipo de recipiente utilizado para a apresentação dos resíduos sólidos destinados à coleta;

IX - Armazenamento: a forma de retenção dos resíduos no momento anterior à coleta;

X - Coletor para resíduo ambulatorial: a embalagem resistente a cortes e perfurações que, após esgotada sua capacidade, será acondicionada em sacos plásticos brancos específicos para resíduo ambulatorial;

XI - Coletor para papéis recicláveis: embalagem de papelão (p. ex., a das resmas de papel ou dos cartuchos de impressora) para coletar os itens do inciso V, com exceção dos vidros.

Art. 4º Os resíduos definidos no art. 3º, inciso IV, serão classificados como:

I - Infectantes especiais;

II - Infectantes comuns.

## SEÇÃO II - DOS PROCEDIMENTOS GERAIS

Art. 5º O Tribunal providenciará a colocação de recipientes para resíduos inorgânicos (coleta seletiva) nas imediações dos prédios para sua coleta pelos veículos do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) de Porto Alegre, à exceção dos materiais a serem doados (coleta seletiva solidária).

Art. 6º Deverão ser providenciados coletores para papéis recicláveis, que deverão ser colocados junto a cada máquina de reprografia e nas dependências das unidades que compõem o Tribunal, .

Art. 7º Os papéis destinados à unidade de triagem devem ser estocados em local e/ou recipientes indicados pela administração do Tribunal.

Art. 8º Os papéis e documentos destinados à unidade de triagem que devem ser picotados devido à sua natureza sigilosa são os seguintes:

I - Lista telefônica do Tribunal ou catálogo com endereços e outras informações particulares de juízes e servidores;

II - Documentos relativos a concursos com informações particulares dos candidatos;

III - Outros documentos que, a critério dos Magistrados/Diretores de unidades, sejam considerados sigilosos.

Parágrafo Único. No caso de descarte de livros pertencentes ao patrimônio, após o devido processo de desfazimento, serão encaminhados para picotar - quando for o caso - via memorando à área de Segurança, Transporte e Expedição.

### SEÇÃO III - DA SEPARAÇÃO E COLETA DE RESÍDUOS

Art. 9º Os resíduos serão recolhidos diariamente pelo pessoal da limpeza nas diversas unidades que compõem o Tribunal.

Parágrafo Único. Os resíduos serão separados em três categorias:

I - Resíduos de coleta seletiva;

II - Resíduos especiais;

III - Resíduos da coleta seletiva solidária.

Art. 10. Os resíduos orgânicos serão embalados em sacos especiais para lixo de cor laranja ou preta e dispostos nos contêineres da Prefeitura.

Parágrafo Único. Serão recolhidos os resíduos dos cestos de lixo das unidades nos turnos da manhã e da tarde; os resíduos dos toaletes, em periodicidade definida pela área de Gestão Operacional e Serviços Diversos, sempre conforme a necessidade.

Art. 11. Cada unidade do Tribunal deverá possuir recipientes para os resíduos orgânicos e inorgânicos, além de, pelo menos, um recipiente para os papéis da coleta seletiva solidária.

Parágrafo Único. Devem ser providenciados coletores para os papéis recicláveis, nos quais serão depositados os papéis inservíveis das respectivas unidades.

Art. 12. Os resíduos especiais deverão ser separados, embalados, armazenados e recolhidos de acordo com legislação específica.

Art. 13. As folhas utilizadas nas unidades e máquinas de reprografia deverão ser recolhidas em frequência a ser definida pela área de Gestão Operacional e Serviços Diversos.

Art. 14. Os cartuchos de toner e cartuchos de tinta vazios ou inservíveis para as impressoras deverão ser remetidos à área de Logística.

Art. 15. Materiais reaproveitáveis que podem ser reciclados após processamento, tais como plásticos, metais e outros (com exceção do vidro), devem ser acondicionados em sacos plásticos resistentes de cor verde, razoavelmente transparentes, de forma que o conteúdo possa ser verificado sem a abertura do saco, de modo a facilitar o seu recolhimento por parte dos funcionários do DMLU.

Parágrafo único: A área de Ações Socioambientais estabelecerá, de acordo com a política socioambiental desta Corte, os materiais/resíduos que possam ser trazidos por magistrados, servidores, estagiários e terceirizados:

### SEÇÃO IV - DOS RESÍDUOS ESPECIAIS

Art. 16. Os resíduos especiais de serviços de saúde, a seguir elencados, deverão seguir os procedimentos abaixo discriminados, de acordo com as suas especificidades:

I - Seringas descartáveis, brocas danificadas, sugadores descartáveis, restos de cimento odontológico, espátulas, cotonetes, gases, algodões, esparadrapos, ataduras, fios de sutura e luvas descartáveis deverão ser armazenados, após sua utilização ou fim da vida útil, nos coletores para lixo ambulatorial.

II - Algodão ou gaze com sangue, medicamento ou secreção, bem como todos os materiais que apresentem sinais de secreções e sangue, deverão ser acondicionados em sacos plásticos brancos leitosos, com espessura mínima de 10 micrômetros, opcionalmente identificados com o símbolo internacional de risco biológico - vide anexo 2 - , estampados ou etiquetados e, após desprezados, ser devidamente fechados e depositados nos coletores para lixo ambulatorial.

III - Materiais perfurocortantes (agulhas, lâminas, ampolas etc.) deverão ser acondicionadas em recipientes de paredes rígidas, estanques e identificados com o símbolo internacional de risco biológico

estampado ou etiquetado. É aconselhável o uso da inscrição “CUIDADO - MATERIAL PERFUROCORTANTE”. Caso se opte por utilizar bombonas rígidas de plástico ou outra embalagem que não sejam os coletores de papelão tipo Descartex, estas deverão ser acondicionados em sacos plásticos brancos leitosos, devidamente classificados como resíduos contaminados. Todo recipiente deverá ser fechado quando 2/3 (dois terços) de sua capacidade estiverem preenchidos.

IV - Medicamentos controlados, com prazo de validade vencido, deverão ser separados e relacionados em 2 vias. Após, deverão ser encaminhados para recolhimento de acordo com as determinações da Secretaria Municipal de Saúde.

V - No tocante aos demais resíduos, a Área da Saúde utilizará, no que couber, o disposto na Seção III - Da Separação e Coleta de Resíduos.

Art. 17. Os coletores que receberem materiais apresentando secreções ou sangue deverão ser trocados e desprezados diariamente, mesmo que não completos, devidamente acondicionados nos sacos de lixo de cor branco leitoso.

Art. 18. Os demais coletores deverão ser trocados e desprezados semanalmente ou, quando esgotada sua capacidade, devidamente acondicionados nos sacos de lixo de cor branca.

Art. 19. Para armazenar os resíduos ambulatoriais coletados, a fim de que possam aguardar pelo serviço de coleta especial pela empresa contratada, deverá ser usado um tambor de 200 l (duzentos litros), devidamente identificado com a inscrição "Lixo Ambulatorial-SAÚDE", com uso exclusivo para tal fim.

## SEÇÃO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Será priorizada a orientação do pessoal responsável para a correta separação, acondicionamento, coleta, armazenamento e transporte dos resíduos até o local de onde serão recolhidos pelo DMLU, da mesma forma no que se refira à coleta de materiais destinados a alguma unidade de triagem de resíduos sólidos reaproveitáveis e/ou recicláveis.

Art. 21. Todo aquele que realizar as rotinas de limpeza, desinfecção e manuseio do lixo deverá estar protegido com equipamento de proteção individual (luvas de limpeza, avental próprio de plástico com peito, etc.).

Art. 22. A conscientização no combate ao desperdício por meio da correta coleta dos resíduos/materiais destinados à doação será responsabilidade da área de Ações Socioambientais, com auxílio da área de Planejamento e Gestão.

Art. 23. A operacionalização da separação da coleta de resíduos será de responsabilidade da área de Gestão Operacional e Serviços Diversos.

Art. 24. As ações, ou seus produtos, quando corresponderem a variáveis mensuráveis do Plano de Logística Sustentável - PLS (Resolução CNJ nº 201, de 03/03/2015), deverão ser registradas mensalmente e informadas à Assessoria de Planejamento e Gestão (APLANG) em planilha pré-formatada pelo processo SEI indicado.

Parágrafo único: A periodicidade de obtenção dos dados poderá mudar, dependendo da frequência do recolhimento dos resíduos, em conformidade com o PLS.

Art. 25. Esta Instrução Normativa revoga a IN 42-A-01 e entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle, Vice-Presidente, no exercício da Presidência**, em 01/12/2020, às 15:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



ANEXO I  
(Instrução Normativa nº 44/2020)

**SÍMBOLO INTERNACIONAL DE RECICLAGEM**



ANEXO II  
(Instrução Normativa nº 44/2020)

**SÍMBOLO INTERNACIONAL DE RISCO BIOLÓGICO**



ANEXO III  
(Instrução Normativa nº 44/2020)

**SÍMBOLO INTERNACIONAL DE INFECTANTE**



